

A CRISE POLÍTICA POPULISTA E O GOLPE DE 1964: ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO.

Manoel Afonso Ferreira Cunha¹

RESUMO: este artigo tem como objetivo principal estabelecer uma análise crítica do livro didático da Editora Moderna "Conexões com a História", volume 3, destinado à terceira série do ensino médio na Escola Modelo Benedito Leite. A escolha deste documento se dá pelo seu uso na rede pública do Estado do Maranhão. O recorte temporal examinado é o do fim da experiência populista brasileira, marcada pela crise que culminou no golpe empresarial-militar de 1964, marcando a destituição do então presidente João Goulart e o início de um longo período de ditadura no país.

INTRODUÇÃO

Pretende-se neste texto problematizar acerca do papel do livro didático no ensino de história. Cabe antes ressaltar algo importante, a reflexão que se estabelecerá acerca dessa fonte histórica é de forma localizada. O propósito principal da pesquisa é analisar criticamente o livro didático da Editora Moderna "Conexões com a História", volume 3, destinado à terceira série do ensino médio.

Justificamos a escolha desse documento pelo seu uso na rede pública do Estado do Maranhão. O recorte cronológico a ser examinado é o que aponta o fim da experiência populista brasileira, marcada pela crise que culminou no golpe empresarial-militar de 1964, demarcando o momento destituição do então presidente João Goulart e o início de um longo período de ditadura no país.

Em paralelo ao objetivo principal do artigo, temos algumas propostas secundárias, mas de suma importância para o êxito de nossa argumentação textual. A primeira delas é discutir sobre a importância da utilização do livro didático como fonte de pesquisa histórica. A segunda, e não menos significativa, é de debater historiograficamente sobre o contexto histórico do fim do populismo no Brasil e o golpe de 1964.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação: História, Ensino e Narrativas vinculado ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC) vinculado à mesma instituição. Bolsista de Mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Ciência no Maranhão (FAPEMA).

A parte final do trabalho, aquela que constitui objetivo principal deste artigo, é justamente, através dos objetivos secundários anteriormente referidos, traçar uma análise crítica acerca daquele período histórico da história política brasileira. Investigar as credenciais dos autores, o conteúdo do livro e o manual do professor, serão tarefas metodológicas primordiais na pesquisa.

O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE PESQUISA

Quando nos referimos à pesquisa histórica podemos notar um amplo leque de teorias, metodologias e fontes, pois é da seara do historiador utilizar documentos oficiais, jornais, objetos, oralidade, música, cinema dentre outros no processo de elaboração histórica. No entanto, um arcabouço documental antes marginalizado pela historiografia, que nos últimos anos vem ganhando espaço na investigação histórica são os manuais didáticos, especificamente o livro didático utilizado na formação escolar.

Como já citamos anteriormente, o intento primordial deste trabalho é justamente traçar uma análise crítica do livro didático utilizado na rede pública² de ensino do estado do Maranhão. Mas antes de iniciarmos tal proposta, é necessário destacarmos a importância da utilização dos manuais didáticos, ou livro didático, expressão esta que iremos adotar ao longo do texto, como arcabouço documental no processo de produção histórica.

Assim como em toda fonte histórica, não é tarefa fácil trabalhar com o livro didático. Ao adotarmos esse tipo de recurso documental, devemos estar totalmente cientes da complexidade do manuseio deste tipo de material. Primeiramente, precisamos reconhecer que esse objeto de pesquisa remete à questões externas ao próprio livro. Enquanto objeto cultural e político, reflexo de intensas relações de poder e saber, essas obras constituem-se espaços de disputas políticas e relações de saber.

Célia Rocha em *O livro didático como fonte documental de pesquisa para a investigação do discurso eugênico na educação (1946-1961)* afirma de maneira pontual o quão é complexo trabalhar com esse tipo de instrumento no que se refere à necessidade de ultrapassar os limites físicos do manual didático:

² É importante ressaltar que o livro adotado neste trabalho "Conexões com a História", de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira, da editora Moderna, é utilizado em algumas escolas da rede pública estadual de ensino, mas não em todas. Justificamos a escolha deste livro pelo seu uso na Escola Modelo Benedito Leite, uma das mais tradicionais escolas públicas do Maranhão, local que desenvolvi todo meu estágio curricular durante a graduação.

Todo este deslocamento torna a pesquisa com este tipo de fonte, extremamente complexa, principalmente na perspectiva histórica, onde o manual escolar quando utilizado, seja como fonte, seja como objeto de pesquisa exige que sua análise contemple um diálogo tanto com a educação, quanto com a história, a ciência, o social e a cultura.

Partindo dessa perspectiva, entende-se o livro didático como um objeto de estudo diversificado tendo em vista sua pluralidade. Este pode ser lido como um produto político, cultural, mercadológico, ou seja, um suporte de métodos e conhecimentos transmissor de valores, ideologias e cultura.

Contribuindo com o debate relativo ao uso do livro didático como fonte primária na pesquisa histórica, temos o trabalho de André Mendes Salles, intitulado *O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional*. O autor, ao longo do seu artigo, sustenta a tese de que o manual didático, lido como fonte documental, apresenta múltiplas possibilidades de pesquisa e interpretação.

Para ele, devemos encarar o livro didático não só como um simples manual escolar, mas também como um "complexo objeto cultural que enseja novas possibilidades de pesquisa" (SALLES, 2011, p. 1). Outro ponto a se destacar é o amplo leque de peculiaridades relativas ao período histórico que o livro didático faz referência, pois podemos compreender, a partir do estudo dessa fonte, a História da Educação em aliança com o entendimento da sociedade vigente.

Corroborando com a ideia de Mendes Salles de que o livro didático representa um avanço teórico-metodológico, temos o importante trabalho de Rosa Lygia Teixeira Corrêa. Em *O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação* a professora da PUC-Campinas compreende seu objeto de estudo como um "possuidor de valores que fossem transmitidos num dado momento histórico ao mesmo tempo em que é portador de um projeto de nação a ser construído por meio da educação escolar." (CORRÊA, 2000, p.11).

Outras questões referentes ao estudo do livro didático como fonte histórica são de extrema importância a serem aqui analisadas. Podemos apontar duas importantes variantes que, segundo Alain Choppin em *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte* indicam sérias problemáticas teórico-metodológicas. A primeira delas

Relaciona-se à própria definição do objeto, o que se traduz muito bem na diversidade do vocabulário e na instabilidade dos usos lexicais. Na maioria das línguas, o "livro didático" é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicitar as características específicas que podem estar

relacionadas a cada uma das denominações, tanto mais que as palavras quase sempre sobrevivem àquilo que elas designaram por um determinado tempo. (CHOPPIN, 2004, p.549)

Enquanto que o segundo obstáculo se refere ao caráter recente dessa área de pesquisa, pois, segundo o próprio autor:

A segunda dificuldade diz respeito ao caráter recente desse campo de pesquisa: as obras de síntese ainda são raras e não abrangem toda a produção didática nem todos os períodos; a produção científica que trata especificamente da história da literatura e das edições didáticas constitui-se essencialmente de artigos (geralmente capítulos de livros) publicados em revistas ou livros (de uns tempos para cá também em sites) onde, na maior parte das vezes, ninguém pensaria em procurá-los. (CHOPPIN, 2004, p.550)

O professor Frances, um dos grandes especialistas nos estudos de livro didático no mundo, conclui que houve uma mudança de perspectiva na abordagem desse tipo de fonte. Antes tido apenas como manuais ideológicos e culturais, hoje muitas pesquisas refletem acerca do livro escolar também como instrumentos pedagógicos e didáticos pautados de interesses comerciais.

Circe Maria Bittencourt, outra grande estudiosa da educação, traz notáveis reflexões acerca do livro didático sobre levantando aspectos não tocados em nosso debate até então. Em comparação com outras obras impressas, a partir de seu trabalho *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*, a professora da Universidade de São Paulo (USP) destaca as peculiaridades inerentes a produção do livro didático.

No que se refere à produção, circulação e manuseio desse tipo de material, ela destaca a importância da autoria, elemento fundamental no processo de escrita e fabricação do livro. Ao pontuar a necessidade de leitura da ficha técnica dos autores, tarefa metodológica básica para todo pesquisador desse tipo de objeto, acaba por comprovar que:

A autoria do livro didático tem passado por transformações ligadas às especificidades desse produto cultural, notadamente o retorno financeiro considerável que ele traz, sobretudo no caso de países como o Brasil, com um expressivo público escolar e um mercado assegurado pelo Estado na compra e distribuição de livros para as escolas públicas. (BITTENCOURT, 2004, p.477)

Ao concluirmos, levando em considerações às elaborações teóricas a respeito do manual escolar citadas anteriormente, que o livro didático, a partir de sua utilização enquanto fonte de

pesquisa histórica, aponta consideráveis alterações quanto ao nível de ingerência entre os mais variados sujeitos como também modificações das políticas educacionais referentes a esse significativo objeto cultural e político.

"CONEXÕES COM A HISTÓRIA": análise do livro didático.

Credenciais dos autores e estruturação do livro

O livro didático adotado para tal pesquisa é o "Conexões com a História - Volume 3", da Editora Moderna. O exemplar voltado para a terceira série do Ensino Médio, de autoria de Letícia Fagundes de Oliveira e Alexandre Alves, compreende a História a partir da expansão imperialista aos dias atuais. O material está na segunda edição que foi publicada em 2013.

Alexandre Alves tem mestrado e doutorado em Ciências (área: História Econômica) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo. Letícia Fagundes de Oliveira é mestre em Ciências (área: História Social) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professora adjunta de História no Ensino Superior.

A organização do volume se dá de maneira bem didática e facilita bastante o trabalho do professor e também a compreensão do aluno. As unidades possuem uma abertura repleta de infográficos, textos, imagens fazendo referência aos acontecimentos que serão abordados. Enquanto isso, cada capítulo se inicia apresentando os objetivos e palavras-chave com um texto introdutório sobre a temática que será abordada.

Dentro da unidade existe uma seção por nome "controvérsias", espaço voltado para questões polêmicas que dividem pesquisadores. No box "conceitos históricos" expõem-se às principais definições através da contextualização histórica de conceitos importantes. Na seção "analisar um documento histórico" professor e aluno é orientado a examinar fontes históricas presentes no livro como textos, pinturas, cartazes, esculturas, músicas e etc.

A seção "ampliando conhecimentos" traz informações adicionais ao que já foi trabalhado pelo livro, enquanto que a "trabalhando com..." traz roteiros de trabalho com filmes, sites, músicas e livros. Na parte final de cada capítulo existem atividades para que os alunos exercitem o conteúdo o trabalho através da seção "praticando ENEM e vestibular". Ao final de cada unidade apresenta-se a seção "diálogos com a arte", onde contém expressões artísticas que dialogam com o conteúdo já trabalhado.

No manual do professor, dividido em partes, existe uma problematização do papel da história na sociedade, assim como questões inerentes à didática em sala de aula. No que se refere ao âmbito da história contemporânea, recorte cronológico do volume em questão, a "apresentação da obra", na parte final do livro, traz uma discussão acerca do desafio de ensinar na era da informação.

Os diálogos da história com diversas áreas também se faz presente de maneira pontual em temas como diversidade cultural, cidadania, ciência, tecnologia, interdisciplinaridade e meio ambiente. Um importante debate pontua elementos sistemáticos do território do historiador nos dias atuais. Temáticas outrora alijadas, hoje são ricos objetos de estudo, representando um avanço na pesquisa histórica, fruto da inovação teórico-metodológica advinda da Escola dos Annales³.

Finalizando a parte estrutural do livro, temos as "orientações específicas para o volume". Como o nome já diz, esse fragmento do livro apresenta a grade de conteúdos dividida em unidades, temas, análise de documento histórico, controvérsias, diálogos com a arte, trabalhando com..., seções antes citadas e detalhadas. Paralelo a isso, nas páginas finais do livro, apresentam-se sugestões para o professor e aluno, ou seja, propostas de sites, filmes, leituras e atividades interdisciplinares.

Os antecedentes e o golpe de 1964: ponderações sobre o conteúdo no livro didático.

O conteúdo específico do livro a ser analisado por tal pesquisa remonta ao fim do período democrático da década de 1960, experiência política caracterizada por muitos

³ A **Escola dos Annales** foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Desde o século XVIII, quando a História passou a ser notada como ciência, os métodos de se escrever e pensar sobre História conquistaram grande evolução. A historiografia passou por grandes modificações metodológicas que permitiram maior conhecimento do cotidiano do passado, através da incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa. Ainda assim, no início do século XX, questionava-se muito sobre uma historiografia baseada em instituições e nas elites, a qual dava muita relevância a fatos e datas, de uma forma positivista, sem aprofundar grandes análises de estrutura e conjuntura. Em 1929, surgiu na França uma revista intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Ao longo da década de 1930, a revista se tornaria símbolo de uma nova corrente historiográfica identificada como Escola dos Annales. A proposta inicial do periódico era se livrar de uma visão positivista da escrita da História que havia dominado o final do século XIX e início do XX. Sob esta visão, a História era relatada como uma crônica de acontecimentos, o novo modelo pretendia em substituir as visões breves anteriores por análises de processos de longa duração com a finalidade de permitir maior e melhor compreensão das civilizações das "mentalidades". O novo movimento historiográfico foi muito impactante e renovador, colocando em questionamento a historiografia tradicional e apresentando novos e ricos elementos para o conhecimento das sociedades. Apresentava uma História bem mais vasta do que a que era praticada até então, apresentando todos os aspectos possíveis da vida humana ligada à análise das estruturas.

historiadores como "populismo"⁴. O recorte se dá a partir do governo do presidente Janio Quadros, perpassando pela crise de sua renúncia, adentrando na gestão de João Goulart, marcada por forte crise política e institucional que culminara no golpe empresarial-militar⁵ de 1964.

O tema 3, intitulado "antecedentes do golpe de 1964", contido no capítulo 11 (O populismo no Brasil e na Argentina), iniciava-se com o tópico "O breve governo de Jânio Quadros". Nesta parte do capítulo os autores relatam resumidamente o mandato do então presidente, apresentando sua carreira política antes de chegar à Brasília, como se deu sua eleição à presidência do país e sua gestão, que para grande parte da historiografia, foi oscilante, como podemos ver no trecho do livro:

Personalista e preocupado em preservar a imagem de moralizador que construíra em suas campanhas, Jânio expedia bilhetinhos com determinações e ordens para seus ministros e assessores. Fazia visitas-surpresas a repartições públicas e punia os funcionários que porventura tivessem faltado naquele dia. regulamentou questões cotidianas, como a programação de cinemas e casas noturnas, proibiu brigas de galo, uso de biquíni em praia, corridas de cavalos nos dias úteis e o uso de lança perfume. (MODERNA, 2013, p.184)

"A renúncia de Jânio" mostra os meandros que levaram o governo do presidente udenista⁶ ao fim. Destaque para o pedido de renúncia do dia 25 de agosto de 1961 aprovado quase que de imediato pelo Congresso, valendo ressaltar o silêncio das ruas e da esfera militar, empossando Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, presidente

⁴ Utilizaremos o conceito de Estado populista trabalhado por Jorge Ferreira em sua obra "Populismo e sua história: debate e crítica" que, segundo o autor, identifica o Brasil enquanto um Estado detentor da ordem jurídica e símbolo de poder, que pressionava o povo com suas "armas ideológicas" ao cooptar, manipular, iludir e amedrontar com suas perseguições policiais. O sentido atribuído ao Estado populista brasileiro pela historiografia era de que aquele contava com a participação de políticos de caráter liberal e autoritário que possuíam um discurso de tendência persuasiva e visando seus interesses, mas que era revestido por uma "embalagem de justiça ao povo".

⁵ A adoção do termo "Empresarial-Militar", no que se refere tanto ao golpe de 1964 quanto ao regime autoritário subsequente, representa a marcação de um posicionamento dentro dos embates teóricos em torno do caráter da conspiração que destituiu João Goulart do executivo federal e dos posteriores anos de estado de exceção. Tendo em vista a utilização do termo "Civil-Militar" por uma corrente revisionista que confirma e reproduz uma série de mistificações sobre o período, endossamos a aplicação do termo "Empresarial-Militar", originalmente proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua obra *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*, na qual é ressaltado o caráter classista do Golpe e da Ditadura.

⁶ Expressão que se refere a todo aquele político filiado à **UDN**, sigla correspondente a **União Democrática Nacional**, um partido político brasileiro criado a 7 de abril de 1945 e extinto em 27 de outubro de 1965. Surgiu originalmente como uma frente, ou seja, um grupo arregimentado de políticos e cidadãos sem uma agenda política específica. A causa fundamental dos udenistas era fazer oposição ao regime do Estado Novo de Getúlio Vargas e toda e qualquer doutrina originária de seu governo. Participou de todas as eleições majoritárias e proporcionais até 1965. O partido que rivalizava com a UDN era o PSD (Partido Social Democrata), que possuía representação majoritária no congresso. Sua principal força era na região nordeste, onde tinha vários governadores.

interino, tendo em vista a ausência do vice-presidente João Goulart, em visita oficial à China comunista.

No tópico "O governo de Jango" é retratada a crise entorno do posse do político gaúcho. Por ser herdeiro político de Getúlio Vargas, vice-presidente eleito pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), João Goulart logo enfrentou resistência, pois

A UDN se recusava a aceitar que o vice, herdeiro político de Vargas e acusado de simpatizar com o socialismo, assumisse o controle do Estado brasileiro. Os três ministros militares divulgaram nota, no dia 26, afirmando que a volta de Goulart ao país era de "absoluta inconveniência" (MODERNA, 2013, p.185)

A solução parlamentarista foi a alternativa encontrada para a crise sucessória. João Goulart assumia a presidência com poderes limitados, alternativa que gerou posterior crise representada por "pressões e negociações políticas levaram o Congresso a aprovar a antecipação de um plebiscito, originalmente marcado para 1965, sobre a manutenção do parlamentarismo ou a volta do presidencialismo". Como já é sabido pela história, a segunda opção se concretizou mediante consulta popular.

No entanto, Jango e sua agenda reformista, projeto de governo que pregava mudanças estruturais no campo da educação, do trabalho, da habitação e na propriedade, passaram a enfrentar dura resistência de setores conservadores da sociedade representados por parcela significativa da classe média e das classes dominantes em sua quase totalidade. João Goulart era alvo de desconfiança, muitos o viam como um presidente prestes a dar um golpe de estado e pôr o Brasil sob a esfera comunista.

O anticomunismo aterrorizava parte da sociedade brasileira, a classe média urbana ia às ruas em protesto, os militares se mobilizavam em torno de uma agenda golpista, a burguesia multinacional e associada visava sufocar manifestações das classes subalternas e movimentos sociais. A crise política, econômica e institucional colocava o país em efervescência, como nota-se no trecho:

Movimentos de camponeses, operários e estudantes começaram a se organizar exigindo de Jango a imediata execução das reformas. Em Pernambuco e na Paraíba, as Ligas Camponesas reivindicavam a realização de uma ampla reforma agrária e organizavam trabalhadores rurais contra os grandes proprietários de terras. (MODERNA, 2013, p.185)

A resposta dada a mobilização das classes trabalhadoras urbanas e rurais foi justamente um golpe empresarial-militar, que os autores do livro classificam apenas como "militar", dado no dia 31 de março de 1964, irrompendo com o sistema democrático, instaurando um regime de exceção que duraria mais de duas décadas segundo aponta grande parte da historiografia.

Já no capítulo 12 de nome "Ditaduras militares na América Latina", em especial o tema 1 "O golpe militar", são elencadas às razões para a destituição de João Goulart da presidência da República em 1964. A insurgência de parcela significativa do alto escalão militar, o medo anticomunista das classes médias urbanas, a reação antidemocrática de setores da classe política nacional, exemplo a UDN na figura maior de Carlos Lacerda.

O golpe foi militar?

O ponto estratégico de debate a partir da análise do material didático se dá justamente no que se refere ao caráter do golpe de 1964, recorte temporal adotado para tal pesquisa e que já foi explicado anteriormente no texto. Muitos livros didáticos trazem uma leitura que soa consensual nos manuais escolares: a tese de que o rompimento institucional se deu parte apenas dos militares.

No entanto, de uns quinze anos pra cá, renovaram-se às leituras sobre o caráter do rompimento institucional, agora trazendo a denominação "civil-militar", reconhecendo que civis tiveram protagonismo no processo de conspiração e golpismo. No entanto, essa classificação incorre, em determinadas leituras, em um erro que é generalizar a participação civil, melhor dizendo, não especificando que segmentos da sociedade civil tiveram participação direta no desenvolvimento de um projeto de tomada e remodelação do Estado brasileiro, e neste momento cabe fazermos isso.

Dentro do campo de embates que existem dentro da historiografia sobre o golpe e a ditadura surgiu recentemente uma corrente de pesquisadores das quais seus trabalhos representaram um avanço no sentido de classificar o rompimento institucional de 1964 e o regime posterior. A terminologia "empresarial-militar", trazida por esses historiadores, significa um recado para a academia e a sociedade em geral que apenas apontar a ofensiva golpista e o regime como "civil-militar" pode não ser suficiente, e a até mesmo suscetível a generalizações.

A necessidade de uso da denominação "Empresarial-Militar", segundo estes pesquisadores, se dá pelo profundo teor classista existente no Golpe de 1964, e do regime que

entrava em vigência a partir dali. Perceber como importantes associações civis como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), em aliança com Escola Superior de Guerra (ESG) trabalharam incessantemente em campanhas conspiracionistas e golpistas que descaracterizavam o regime democrático denotam a necessidade de identificar quais segmentos civis elaboram um projeto de tomada e remodelagem de estado.

Seguindo uma tendência de força dentro da ciência política na década de 1980, que recolocou a ação política no eixo de análise, René Armand Dreifuss, autor da obra *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, publicada em 1981, produz uma tese extremamente pontual acerca do que foi a conjuntura do governo Goulart e do Golpe de 1964. Sustentado por uma vasta documentação, o historiador uruguaio analisa a luta por hegemonia desencadeada pela grande burguesia em associação com o capital multinacional.

As reflexões de Dreifuss, ao colocarem luz sobre duas importantes organizações empresariais existentes na década de 1960 no Brasil, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), acabam por destacar o caráter extremamente classista do movimento político autoritário exitoso em 31 de março. Ao classificar essas agências (IPES e IBAD), na visão gramsciana, como Aparelhos Privados de Hegemonia, Dreifuss prova que os empresários elaboraram um projeto de tomada e remodelamento do Estado brasileiro.

Existia, portanto, claro propósito de explicitar que o capital multinacional e associado não encontrava correspondente liderança política na figura de João Goulart. Naquele momento, na ótica de Gramsci, acontece a nacionalização de um projeto de classe, ou melhor dizendo, de fração de classe, falando especificamente do capital multinacional e associado.

Sendo assim, o complexo IPES/IBAD, para Dreifuss, se constitui enquanto Estado-Maior da burguesia multinacional, pois esta passa a planejar e desenvolver um projeto de condução ao poder, ou seja, de tomada do Estado. Para isso, amplas campanhas de desestabilização do presidente João Goulart foram realizadas, envolvendo atividades de instrução anticomunista e também de profunda crítica ao "atraso" das oligarquias rurais, do intervencionismo estatal e da corrupção desenfreada incrustada, segundo eles, na essência política "populista".

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Renato Luís do Couto e Lemos, em artigo intitulado “*Contrarrevolução e Ditadura: ensaio sobre o processo político pós-1964*”, versa sobre o processo político brasileiro de 1964. Sua pesquisa corrobora com a leitura de Golpe e Ditadura Empresarial-Militar que surgiu recentemente em contraposição ao revisionismo historiográfico sobre a temática aqui no Brasil.

Abordando as temporalidades de Fernand Braudel e a noção de contrarrevolução, Renato Lemos traça um importante olhar as condições que fomentaram o Golpe de Estado em 1964 e sobre a ditadura subsequente. Na sua visão, explicar as razões do Golpe e da Ditadura que ele denomina como burguês-militar é retomar cruzamentos históricos de longa, média e curta duração do período de 1914 a 1989.

Para o historiador, a contrarrevolução é o elemento que conecta os tempos, ou seja, percebendo a história política brasileira (história da luta de classes) na "longa duração", a crise da democracia no país, o golpe de estado e o regime autoritário seguinte estão articulados às lutas de classes no âmbito do sistema capitalista mundial. Assim, a partir da revolução russa de 1917, passou a existir uma forte tendência à preservação dos privilégios do capital.

Sendo assim, o Golpe de 1964 foi entendido como uma ação de classe pelo historiador Demian Bezerra de Melo. Mais que um movimento classista, seus estudos identificam quais frações da classe dominante conspiraram no golpe e que depois enriqueceram abruptamente durante a ditadura. Para o autor de “*O golpe de 1964 como uma ação de classe*”, a ditadura representou um grande negócio para o grande capital.

Para o pesquisador, algumas evidências reforçam a tese de que houve sim um Golpe e uma Ditadura Empresarial-Militar. Como evidências disso, temos a aceleração da acumulação capitalista, a expansão da fração do capital ligada à indústria de bens duráveis e o fortalecimento de outras frações das classes dominantes brasileiras.

Como exemplos eloquentes, pensemos o empresariado ligado à construção civil (como os grupos Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Odebrecht), à indústria pesada (Gerdau, Votorantim, Villares, entre outros), sem esquecer o sistema bancário (de que são exemplos os grupos Moreira Salles, Bradesco e Itaú), grupos que construíram ou consolidaram seus impérios naquele contexto. No ramo das telecomunicações, a maior empresa do país, a Rede Globo, cuja trajetória de colaboração com o regime ditatorial está

bem descrita no documentário *Muito Além do Cidadão Kane*, de Simon Hartog (Reino Unido, 1993), deve ser incluída na lista. (MELO, 2012, p.3)

A proposta de análise classificação por "empresarial-militar", surgida na tese de René Dreifuss, talvez seja um caminho para criticarmos às novas abordagens que procuram "anistiar historiograficamente" aqueles que procuram equiparar todos os sujeitos sociais que participaram e viveram aqueles anos. Igualar as responsabilidades da "sociedade" e dos "golpistas" e "ditadores" possa não ser opção para que as reflexões e análises históricas contribuam de maneira direta na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo a proposta principal do trabalho de estabelecer uma análise crítica do livro didático de história da Editora Moderna "Conexões com a História", volume 3, destinado à terceira série do ensino médio, de autoria de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira, procuramos estabelecer um exame reflexivo acerca de como os autores trabalharam a questão dos antecedentes e do golpe de 1964, recorte temporal adotado para a pesquisa vigente.

No entanto, antes de desenvolvermos o objetivo maior do trabalho, foi necessário trabalharmos algumas questões secundárias, mas de suma importância para que obtivéssemos êxito na proposição central da pesquisa. Versar sobre a importância da utilização do manual escolar como fonte de pesquisa histórica, trazendo a contribuição de especialistas na área facilitou bastante o desenvolvimento restante do projeto.

Reconhecemos que o livro didático, desde o processo de elaboração, passando pela fabricação e depois sua distribuição, se converte em um espaço de intensas disputas ideológicas, culturais, políticas e comerciais, é extremamente caro para que essa alternativa metodológica se constitua importante arcabouço documental no processo de elaboração histórica, servindo de base para o trabalho não só de professores em sala de aula, mas também de pesquisadores.

Conclui-se, portanto, que o livro didático supera os limites de um manual escolar limitado ao exercício da docência, mas também representa, e muito, uma fonte de trabalho que reflete o contexto histórico de sua produção, a ideologia e orientação teórica daqueles que o produzem e, não menos importante, aponta o estado da arte de determinados fatos históricos estão sendo problematizados pela historiografia atual.

FONTE DOCUMENTAL

ALVES, Alexandre. **Conexões com a história** \ Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira.-2.ed.-São Paulo, Moderna, 2013.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910) . **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

CHOPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Cadernos Cedes**, ano XX, no 52, novembro/2000.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização, 2011.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LEMOS, Renato . Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o marxismo**, v. 2, p. 111-138, 2014.

_____Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**. Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

MELO, D. B. **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

_____ **Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente.** Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Editora Vozes, 2ª edição, 1984.

REIS FILHO, Daniel Arão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____ **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004).** Bauru, SP: Edusc, 2004.

ROCHA, Célia A. **O livro didático como fonte documental de pesquisa para a investigação do discurso eugênico na educação (1946-1961).**

SALLES, André Mendes. O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional. **Revista Semina V10** - 2º semestre/2011.

SILVA, E. T. Revalorização do livro diante das novas mídias. Veículos e linguagens do mundo contemporâneo: a educação do leitor para as encruzilhadas da mídia. In: **Integração das Tecnologias na Educação.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância Eplanada dos Ministérios, Bloco L - Brasília/DF. 2005. (p.32-37)

SPOHR, Martina . **A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964.** Militares e Política (UFRJ), v. 9, p. 52-63, 2012.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira.** Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita.** São Paulo, 2014.

Jango, um perfil. **Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004.**